

MENSAGEM

ENCONTRO CAMPANHA CONTRA OS CASTIGOS CORPORAIS

Fundação Champalimaud
1 Junho 2022

Na impossibilidade de estar hoje presencialmente convosco, não quis deixar de dirigir-vos esta mensagem, que é sobretudo de agradecimento por terem aceitado o nosso convite.

A sua excelência, o Sr. Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, já enderecei a minha gratidão, quer aquando da concessão do seu Alto Patrocínio, quer quando nos enviou a expressiva e magnífica mensagem que irão ter oportunidade de ver e ouvir.

À Sr^a Provedora de Justiça, Prof. Maria Lúcia Amaral, como Instituição Nacional de Direitos Humanos, também lhe manifesto o maior reconhecimento pela sua presença porque não há tema que mais necessite da sua aprovação do que a luta contra todos os tipos de violência, em particular quando se trata da que é infligida à criança.

À Sr^a Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e da Protecção das Crianças e Jovens, Dr^a Rosário Farmhouse, igualmente testemunho o meu obrigada pela sua presença, e porque esta é uma causa que nos é comum, nem vislumbraria este encontro sem a ter connosco.

Ao Sr. Presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Dr. João Lázaro, o meu bem-haja, pois sempre considerei que faria todo o sentido associarmo-nos, não apenas porque esta Campanha se iniciou no Dia Europeu das Vítimas de Crime, que a APAV assinala há tantos anos, mas também porque esta é uma causa comum que continua a merecer aquele “slogan” da canção da Marisa Liz que diz “Juntos somos mais fortes”.

E finalmente, à Sr^a Presidente da Fundação Champalimaud, Senhora Doutora Leonor Beleza, minha querida amiga, o acolhimento e a disponibilidade para nos receber nessa prestigiada instituição. Fiquei muito contente. Obrigada!

Quero também agradecer a todos os nossos palestrantes, cuja qualidade e elevado mérito tanto aprecio.

A Prof. Manuela Veríssimo, o Prof. David Rodrigues, a Conselheira Clara Sottomayor são nomes reconhecidos que vão contribuir para dar mais cientificidade e credibilidade a esta causa.

O meu apreço por cada um de vós é tão grande como a pena de não poder estar convosco.

Como lamento não vos poder ouvir hoje! Mas a nossa Campanha vai continuar e tenho a certeza que ainda iremos estar juntos noutra ocasião.

Esta Iniciativa surgiu pela conjugação de duas circunstâncias interessantes: houve primeiro uma sensação entre nós, na Direcção do Instituto, de que a situação de impunidade relativamente à violência menos visível se estava a agravar, quer por

causa do aumento dos apelos verificados durante a pandemia, designadamente na linha SOS Criança, quer devido a queixas que todos íamos recebendo, e depois, veio um momento relevante em que fomos desafiados para fazermos algo que não apenas explicasse como era errada a utilização dos castigos corporais, mas também, de alguma forma, ensinasse os adultos a não baterem nas crianças.

Estávamos no início do ano e entendemos que tinha chegado o momento de fazer esta Campanha.

Foi com entusiasmo que toda a Direcção abraçou este projecto, foi criada uma equipa e logo passado pouco tempo, foi com satisfação que vimos todos os sectores do IAC a ficar progressivamente envolvidos nesta causa.

Os responsáveis pela Revista, pelo InfoCriança, e pelas outras Newsletters trataram este tema por forma a fazer coincidir a sua publicação com este evento. Não é fácil este combate, sabemos que na Suécia já dura desde os anos 70 do século passado. Entre nós, os castigos corporais ainda são tolerados. Se os maus tratos graves são já reconhecidos como muito prejudiciais ao desenvolvimento da criança, a violência menos visível, é considerada menos grave e ainda é tolerada e aceite por uma parte da população, havendo até quem defenda que é uma forma legítima de disciplinar e educar.

No IAC temos uma longa história de luta contra os maus tratos e também contra os castigos físicos.

João dos Santos opunha-se a essa forma de violência, Manuela Eanes também, muitos fundadores escreveram sobre isso e agora, mais recentemente, Manuel

Coutinho por diversas vezes defendeu que não havia pedagogia na palmada, que essa terminologia era falsa, porque jamais a violência poderia servir para educar. Por isso, quando a querida Leonor Bragança nos propôs unirmos esforços para combatermos os castigos físicos, agarrámos com ambas as mãos a ideia e achámos o título que nos sugeriu apelativo e assertivo. Em suma, achámos que estava na hora, que a causa era justa e necessária e que o título da Campanha estava encontrado.

Entretanto muitos estudos têm demonstrado o que já sabíamos da nossa experiência empírica. Que as crianças vítimas de violência dita “mais leve” também têm manifestações idênticas às que são exibidas pelas crianças sujeitas a violência severa: stress, depressão, ansiedade e durante a adolescência, problemas de comportamento, dificuldade nas relações interpessoais e outros problemas de saúde mental.

As investigações mais recentes revelam que as crianças vítimas de castigos físicos apresentam níveis de inflamação semelhantes aos das crianças maltratadas de forma mais gravosa. Além de que patenteiam receios, limitações e atrasos no desenvolvimento semelhantes, havendo agora novas evidências verificadas em reacção às palmadas, a nível cerebral, que anteriormente estavam apenas associadas às sevícias e aos espancamentos.

Acresce que não será demasiado associar a “banalização” da violência à indiferença. Além do risco de normalização, esse “modelo” como forma de resolução de conflitos, tem repercussões negativas designadamente nos números que nos chegam do “bullying” na escola, da violência no namoro e na violência doméstica.

Pareceu-nos que com estes novos elementos, faltava apenas uma estratégia, com objectivos e prazos para que desta vez, ninguém ficasse indiferente.

Logo achámos que deveríamos procurar apoio junto de três entidades incontornáveis: o Presidente da República, a Provedora de Justiça, e a Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e de Protecção da Criança. Depois tínhamos de obter apoio da Academia, junto de personalidades com história de apoio aos direitos das crianças, de ONG de Direitos Humanos, e obviamente junto da Comunicação social.

Numa segunda fase, procuraremos apoio governamental e junto das autarquias, e procuraremos reforçar o envolvimento das Universidades, por forma a apresentarmos propostas robustas que ajudem a transformar o nosso panorama de ainda alguma tolerância a este tipo de violência.

Queremos que as nossas crianças sejam respeitadas, que cresçam tranquilas, com afecto e sem violência. Todos os direitos se reconduzem ao reconhecimento desse direito fundamental à integridade pessoal, que a nossa Constituição coloca logo a seguir à Dignidade e que é afinal o valor maior sobre o qual se funda a República. Daí que o Direito à não-violência seja, ele também, estruturante do Estado de Direito.

Contamos com todos os associados do IAC, com as nossas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, com todas as ONG de Direitos Humanos, com os educadores de infância, com os professores, com os Pediatras, com os profissionais das áreas psico-sociais, e em geral com todos os que lidam com crianças para que este seja um crime que deixe definitivamente de ficar impune.

Não podemos aceitar. Não podemos ficar indiferentes.

Agradeço a todos vós se decidirem ser embaixadores desta causa.

Um agradecimento especial à Leonor Bragança e ao Tiago Simões, que nos interpelaram e que agora integram já esta grande família IAC.

Um abraço especial ao Nuno Domingues e à Anabela Reis, pela colaboração sempre pronta.

Obrigada também à Clara Castilho e à Fernanda Salvaterra que se empenharam para ter as publicações prontas neste Dia da Criança. Obrigada a todos no IAC, que desde o primeiro dia fizeram vossa esta causa.

Obrigada pela vossa atenção.

Dulce Rocha
Presidente do IAC